

Apadep Atividades

1º Semestre de 2023

Diretoria 2022-2024



Apadep

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS

Editorial

Prezada/o associada/o,

Durante o primeiro semestre de 2023, a Apadep trabalhou intensamente na defesa das pautas de valorização institucional e remuneratória. De maneira responsável e propositiva, dialogando interna e externamente com os atores envolvidos, a luta associativa voltou-se à busca por melhorias vencimentais e por avanços nas normativas institucionais que trazem reflexos remuneratórios, demonstrando a importância de que sejam dados passos concretos no sentido da colimada simetria constitucional com as carreiras paradigmas, hoje ainda distante de se concretizar.

A regulamentação do trabalho híbrido também demandou uma atuação firme da Apadep junto à Defensoria Pública-Geral e ao Conselho Superior. O colegiado teve a sua competência para tratar do tema reconhecida e preservada após intenso debate.

O semestre contou com agitada agenda de eventos sociais, culturais e esportivos, aspectos do associativismo que possuem grande relevância para fomentar encontros e fortalecer vínculos. O mês de maio, em que se celebra a Defensoria Pública, foi especialmente marcado por ações que destacaram a importância da instituição, como os vídeos de parlamentares e atores políticos relevantes. Por meio de visitas a unidades do interior e do litoral e de bate-papo virtual realizado mensalmente, a Associação buscou estreitar o diálogo com suas/eus associadas/os sobre os principais temas da carreira.

Duas iniciativas inovadoras foram lançadas pela Apadep nesse semestre: a Política de Defesa de Prerrogativas e Direitos, que visa formalizar o apoio a associadas e associados expostos a situações de violação de suas garantias e prerrogativas funcionais ou a uma conjuntura que leve ao prejuízo do exercício pleno de sua atividade-fim, e a primeira temporada do podcast “Muito Além do Processo”, desenvolvido pela Apadep com o objetivo de divulgar atuações destacadas de associadas/os.

Essas e outras ações demonstram o compromisso associativo com a valorização e o fortalecimento da Defensoria Pública e do modelo público de acesso à justiça, pelos quais a Apadep seguirá trabalhando incansavelmente.

Rafael Galati Sabio
Presidente

Luiz Felipe Vanzella Rufino
Diretor Administrativo

Jordana de Matos Nunes Rolim
Diretora Financeira



Valorização da carreira e atuação no Conselho Superior

Desde do início do mandato, a Diretoria da Apadep tem priorizado as pautas de valorização da carreira, equiparação com as carreiras constitucionalmente simétricas, implementação da política de valorização da maternidade e primeira infância e independência do Conselho Superior e neste semestre não foi diferente.

No início do ano, dois temas foram centrais para a Associação: a adoção do novo limite constitucional remuneratório por parte da Defensoria Pública-Geral e a alteração do Ato DPG nº. 229/22, que regulamentou o trabalho híbrido na instituição.

Num momento inicial, em 24 de janeiro, diante de uma ampla agenda relacionada à valorização institucional, à pauta remuneratória e à regulamentação do trabalho híbrido, além de outras pautas propositivas ainda pendentes de encaminhamento, como a política de valorização da maternidade, a Diretoria da Apadep solicitou, por meio de ofício, o agendamento de uma reunião aberta à carreira com o Defensor Público-Geral e integrantes da Administração Superior, que deveria ocorrer até a primeira quinzena do mês de fevereiro.

A iniciativa pretendia possibilitar o importante diálogo para o debate democrático e a criação de um espaço de escuta para que associadas/os pudessem contribuir com os rumos institucionais.

Com esse mesmo objetivo, no dia 19 de janeiro, a Apadep, por meio de suas/seus Diretoras/es Jordana Rolim e Luiz Felipe Rufino, participaram de uma reunião aberta à carreira, convocada pelas/os conselheiras/os eleitas/os. Na oportunidade, Rufino e Jordana expuseram as medidas até aquele momento adotadas pela Associação e também puderam dialogar com conselheiras/os e colegas sobre os rumos da instituição.

Em seguida, no dia 26 de janeiro, a Diretoria da Apadep protocolou pedido liminar nos autos do procedimento que tramita no Conselho Superior que buscava regulamentar o artigo 37, XI, da Constituição Federal, em especial em razão do novo entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal.

Além disso, a Associação entendeu que a medida era necessária em razão da ausência de uma resposta concreta do Defensor Público-Geral em relação à adoção do novo limite constitucional remuneratório, considerando que ele havia dado como prazo para

Valorização da carreira e atuação no Conselho Superior

implementação a aprovação do orçamento do Executivo para 2023 pela Alesp, que ocorreu em 22 de dezembro de 2022. Porém, passado esse prazo, o DPG trouxe novo óbice para a adoção do novo limite constitucional, que na visão da Apadep não se justificaria.

No dia 02 de fevereiro, o Defensor Público-Geral realizou reunião com a carreira, em ambiente virtual, via teams. Entretanto, tratou-se de uma apresentação por parte do DPG, em que apenas a ele foi possibilitado o uso da palavra. As/os Defensoras/es sequer puderam abrir o câmera ou o microfone, ou enviar mensagens públicas pelo chat. As mensagens foram enviadas previamente e selecionadas pela equipe da Defensoria Geral.

Ainda, na ocasião, a Associação foi citada pelo DPG e teve negado o pedido de resposta formulado pelo Presidente, Rafael Galati, o que resultou em uma Nota de Esclarecimento enviada pela Apadep às/aos associadas/os na mesma noite.

Na sessão do Conselho Superior ocorrida no dia seguinte, 03 de fevereiro, o pedido liminar da Apadep entrou na pauta para discussão e votação pelo colegiado. Diversos colegas compareceram presencialmente para acompanhar a sessão e fizeram uso da fala no Momento Aberto, com destaque para o ex-presidente da Apadep e atual Conselheiro da Diretoria, Augusto Barbosa, e a Diretora de Aposentadas/os, Maria Dolores Maçano.

Houve intenso debate entre os Conselheiros, porém, uma vez que existia risco de a Administração Superior vencer a votação, encaminhou-se para a tentativa de uma composição, com pedido de vistas pelo Conselheiro Rafael Português.

Em razão disso, as/os conselheiras/os acordaram em realizar uma reunião administrativa, que ocorreu em 07 de fevereiro, da qual participaram o Presidente da Apadep, Rafael Galati, e o Diretor Administrativo, Luiz Felipe Rufino.

Nesta reunião, alguns compromissos foram assumidos. Em relação ao limite remuneratório constitucional, decidiu-se que o processo retornaria à pauta do colegiado na sessão do 10 de fevereiro, ocasião em que seria formalizado um acordo, no qual haveria a suspensão da análise da liminar proposta pela Apadep por 60 dias. No mesmo ato, o Colegiado também expediria uma recomendação ao Defensor Público- Geral para que implemente o novo limite em 60 dias.

Valorização da carreira e atuação no Conselho Superior

Assim, na sessão do CSDP do dia 10 de fevereiro, que ocorreu em Avaré, por ocasião da inauguração do novo prédio da unidade da Defensoria, o Conselho aprovou por unanimidade o sobrestamento da discussão por 60 dias e a expedição de recomendação para implementação do limite constitucional remuneratório pela Defensoria Pública-Geral. Caso não houvesse implementação nesse prazo, a discussão seria retomada, com apreciação do pedido liminar.

Mesmo com a suspensão do processo, as/os colegas, associadas e associados continuaram comparecendo presencialmente às sessões do Conselho Superior e fazendo uso da palavra no Momento Aberto.

O Presidente da Apadep e as/os conselheiras/os eleitas/os também permaneceram cobrando a Defensoria Geral pelo pronto acolhimento do pleito, diante da segurança jurídica e do cenário político-institucional.

Dessa forma, pouco antes do encerramento do prazo de 60 dias, no dia 04 de abril, a Defensoria Pública-Geral cumpriu o pactuado com o Conselho Superior, alterando o seu entendimento sobre o limite remuneratório das Defensoras e Defensores Públicos, em comunicado para a carreira.

Enquanto os debates sobre o limite constitucional remuneratório aconteciam, o tema do trabalho híbrido tomou igualmente a atenção da Apadep.

Após a última sessão do CSDP do ano de 2022, o Defensor Público-Geral editou o Ato Normativo DPG nº. 229/22 com o objetivo de regulamentar o trabalho híbrido na



Valorização da carreira e atuação no Conselho Superior

instituição. A edição do ato tomou a carreira de surpresa, pois sua divulgação às vésperas do recesso inviabilizou qualquer discussão até o retorno das sessões do Conselho em 13 de janeiro de 2023.

Desde o início, a Apadep manifestou-se contrariamente ao Ato, mormente porque avançava em matéria de competência do Conselho Superior. Já nas três primeiras sessões do CSDP de 2023, a Associação externou sua preocupação com a usurpação da competência do Conselho Superior e com as métricas adotadas pela Administração Superior para balizar a atuação remota e presencial das Defensoras e Defensores nas unidades.

Também na reunião com a carreira convocada pelas/os conselheiras/os eleitas/os, no dia 19 de janeiro, as/os Diretoras/es da Apadep Jordana Rolim e Luiz Felipe Rufino puderam expor os pontos de discordância em relação ao Ato DPG, além de dialogar com as/os colegas sobre possíveis alternativas.

Não obstante as críticas feitas pela Associação e conselheiras/os eleitas/os ao Ato DPG, no dia 30 de janeiro, a Administração Superior comunicou à carreira a edição do o Ato conjunto da 1ª, 2ª e 3ª Subdefensorias e da Coordenadoria Geral de Administração – Departamento de Recursos Humanos, que visava regulamentar o artigo 3º do Ato Normativo DPG nº. 229/2022.

O ato estabelecia prazo até 31/03/2023 para que as coordenações das unidades, com auxílio das regionais, apresentassem o plano de trabalho à Subdefensoria Pública-geral competente, além de estipular prazo de 15 dias, contados de 31/01/2023 (portanto até 14/02/2023), para que Defensoras/es e servidoras/es encaminhassem à secretaria do DRH o termo de adesão ao trabalho remoto.

A partir desse ponto, a Associação passou a estudar medidas jurídicas para questionar o ato, ao mesmo tempo em que buscava negociar com a gestão alterações no Ato Normativo DPG nº. 229/22 e no Ato Conjunto da 1ª, 2ª e 3ª Subdefensorias.

Na reunião administrativa do CSDP, em 07 de fevereiro, em que se discutiu o limite constitucional remuneratório, também se debateu o Ato DPG nº. 229/22. Em meio às discussões, a Administração Superior concordou em prorrogar o prazo para assinatura do termo de adesão ao teletrabalho para 3 de março.

Valorização da carreira e atuação no Conselho Superior

A Apadep pontuou que seria bem vinda a prorrogação, mas seria necessário alterar os termos da regulamentação, especialmente a métrica adotada para o trabalho presencial. Rafael Galati argumentou que tanto o Ato DPG quanto a proposta que tramitava no Conselho traziam balizas suficientes, sem a necessidade de fixação de percentual.

Naquela reunião, Galati também informou que, caso não houvesse uma alteração do Ato, a Associação provavelmente o questionaria junto ao CSDP.

A dilação de prazo para adesão ao teletrabalho deu espaço para que a Associação continuasse a negociar com a Defensoria Pública-Geral, para que a solução fosse consensuada.

Dessa forma, no dia 17 de fevereiro, o Presidente da Apadep, Rafael Galati, e as/os Diretoras/es Jordana Rolim e Luiz Felipe Rufino se reuniram com a 2ª Subdefensora Pública-Geral e o 3º Defensor Público-Geral para buscar pontos de convergência e evitar o impasse que se avizinhava.

A reunião avançou em alguns pontos, em especial uma nova prorrogação para a adesão ao teletrabalho e apresentação dos planos de trabalho, bem como revisão do art. 16 do Ato DPG no que dizia respeito ao desligamento involuntário sem possibilidade de oitiva prévia ou recurso ao Conselho Superior. Entretanto, não se obteve consenso sobre a questão principal referente à métrica adotada pela Administração Superior para o trabalho presencial.

Em 22 de fevereiro, a Diretoria da Apadep também se reuniu com a Ouvidora-Geral com o objetivo de entender as preocupações da sociedade civil com a regulamentação do trabalho híbrido. O Presidente da Apadep, Rafael Galati, conversou ainda com o relator da proposta de deliberação do trabalho híbrido, conselheiro Julio Tanone.

Contudo, diante da intransigência da Defensoria Pública-Geral em avançar na questão de fundo trazida pela Apadep e esgotadas todas as vias de negociação, em 23 de fevereiro, a Associação protocolou pedido liminar no processo SEI nº. 2022/0023688, em que buscava a suspensão do Ato Normativo DPG nº. 229/22, por entender que havia usurpação da atribuição do Conselho Superior em regulamentar a

Valorização da carreira e atuação no Conselho Superior

matéria.

Além disso, também liminarmente a Apadep pedia a suspensão da métrica adotada para presença das Defensoras e Defensores em cada Unidade, por ausência de motivação. No mérito, a Apadep pediu que o Colegiado declarasse a nulidade do Ato.

Após intenso debate na sessão do CSDP do dia 24 de fevereiro, houve pedido de vista por parte da 2ª Defensora Pública-Geral. No decorrer da semana, a Apadep e as/os conselheiros eleitas/os continuaram dialogando com a Administração Superior.

Durante essas conversas, foi constatado pela Apadep que a Defensoria Geral teria votos suficientes para vencer a votação no mérito e também no que concernia à competência do Conselho Superior para disciplinar a matéria.

Diante desse quadro, a Apadep e as/os demais conselheiras/os eleitas/os chegaram a um consenso com a Defensoria Geral e, na sessão do CSDP do dia 03 de março, a 2ª Subdefensora Pública-Geral apresentou uma deliberação provisória, resguardando assim a competência do Conselho Superior e preservando os avanços obtidos no que diz respeito ao conteúdo do termo de adesão ao trabalho remoto e às regras de desligamento involuntário. Ademais, na deliberação aprovada constava expressamente a possibilidade de se flexibilizar a métrica estabelecida para o trabalho híbrido.

Ultrapassada essa discussão, a prioridade da Associação passou a ser a recomposição inflacionária dos vencimentos da carreira. Neste cenário, ainda em março, a APADEP contratou um estudo técnico de empresa especializada sobre a defasagem salarial das Defensoras e Defensores Públicos nos últimos 10 anos. O ano de 2013 foi utilizado como termo inicial em razão de nele ter ocorrido o último aumento real. O estudo apurou uma perda inflacionária de 54.8% em dez anos, tendo como base o IPCA-E.

Em 15 de maio, a Associação enviou um ofício à Defensoria Pública-Geral acerca da recomposição dos vencimentos das/os Defensoras/es Públicas/os. No documento, a Apadep apresentou um histórico dos reajustes vencimentais ocorridos desde a criação da Defensoria Pública de São Paulo e, com base no estudo da corrosão inflacionária apresentado, formulou minuta de anteprojeto de lei de recomposição salarial.

Valorização da carreira e atuação no Conselho Superior

A minuta de anteprojeto da Apadep pretendia uma recomposição escalonada de 20% neste ano e 33.1% em 2024, o que também permitiria cumprir o mandamento constitucional de equiparação com as carreiras do sistema de justiça com as quais a Defensoria guarda simetria.

Em 16 de maio, a Diretoria fez uma apresentação para associadas e associados sobre o estudo de corrosão inflacionária e o anteprojeto que foi enviado à Defensoria Pública-Geral. A reunião híbrida contou com ampla participação de mais de cem associadas/os.

As discussões por valorização da carreira culminaram com a presença maciça de Defensoras e Defensores na sessão do dia 19 de maio - data comemorativa da Defensoria Pública -, na qual também foi entregue uma carta assinada por mais de 620 Defensoras/es com pleitos por melhorias.

Diante da ausência de resposta por parte da Defensoria Pública-Geral, no dia 22 de maio, a Diretoria da Apadep participou de uma reunião aberta com a carreira convocada pelas/os com as/os conselheiras/os eleitas/os realizaram uma reunião aberta com a carreira, que contou com a ampla participação de Defensoras e Defensores.

Para continuar a debater as pautas de valorização, em 23 de maio, a Apadep e as/os conselheiras/os eleitas/os solicitaram à Defensoria Pública-Geral, por meio de ofício, uma reunião aberta com a carreira.



Valorização da carreira e atuação no Conselho Superior

Em 24 de maio, o Defensor Público-Geral comunicou à carreira que havia enviado uma proposta de anteprojeto de lei ao Conselho Superior, que previa um reajuste de 10,33% para as/os Defensoras/es Públicas/os.

Na sessão do CSDP do dia 25 de maio, após as discussões, houve pedido de vista do conselheiro Rafael Português.

Em razão desse cenário, a Apadep protocolou, em 31 de maio, uma manifestação no processo que tratava do anteprojeto de lei de reajuste remuneratório para Defensoras/es e servidoras/es.

No documento, a Apadep argumentou que a proposta de reajuste escalonado de 20% neste ano e 33.1% em 2024, formulado junto à Defensoria Pública-Geral em 15 de maio, possui viabilidade política e orçamentária. A título subsidiário, pleiteou-se o reajuste de 20% para este ano, sem previsão de escalonamento, ou ao menos de 14,2%, mesmo percentual aplicado às/aos servidoras/es.

Em qualquer caso, a Associação defendeu a inclusão cumulativa dos seguintes pontos no anteprojeto: i) alteração do início da vigência das leis para 01 de março de 2023; ii) supressão do nível do Defensor Público-Geral, modificando-se a referência remuneratória para o nível V, o mais elevado da carreira; iii) tendo o nível V como referência, alteração da diferença entre os níveis para 1% (um por cento); iv) extensão do adicional de qualificação às Defensoras e aos Defensores Públicos; e v) modificação da referência para as atividades de especial dificuldade e os plantões para o salário base do nível mais elevado da carreira.

Por entender que as alterações propostas podiam ser trabalhadas com segurança dos pontos de vista político e orçamentário, a Apadep seguiu articulando junto à Administração Superior e às/aos Conselheiras/os para que a oportunidade aberta no momento que antecedeu o envio de anteprojeto de lei para a Assembleia Legislativa não fosse desperdiçada.

Além disso, durante o primeiro semestre, a Associação atuou de forma incisiva em relação a pautas de valorização no âmbito interno.

Em 20 de março, a Apadep oficiou à Defensoria Pública-Geral pedindo a imediata alteração da normativa interna do programa de assistência

Valorização da carreira e atuação no Conselho Superior

à saúde complementar para excluir a previsão da Ufesp, sendo previsto percentual único de 10% (dez por cento) do vencimento-base do nível que a/o Defensora/or Pública/o ocupa.

Durante o primeiro semestre, a Associação também atuou para que a DPG alterasse a proporção das substituições de 5x3 para 1x1, bem como revisse o percentual das gratificações.

Todas essas medidas foram levadas à Defensoria Pública-Geral pela Associação Paulista das Defensoras e Defensores Públicos (Apadep) em diversas ocasiões, formais e informais.

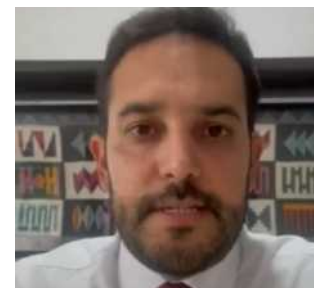
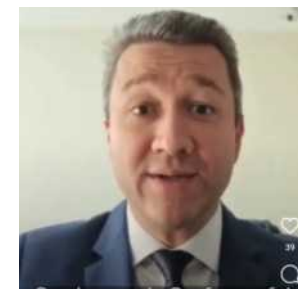
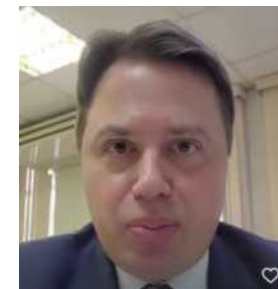
Atividades associativas

As atividades da Associação dividem-se entre ações políticas e associativas, que podem ser de diferentes vieses. No primeiro semestre de 2023, a gestão atuou de maneira bastante diversificada para atender as expectativas de associadas e associados.

Logo no início do ano, a Apadep solicitou à Coordenação Geral de Administração da DPG informações acerca da existência de seguro e custeio de consertos em casos de subtração e danos físicos dos notebooks cedidos a Defensoras e Defensores. No mesmo ofício, a Apadep solicitou a revisão da atual política da CGA, que repassa o custo de eventuais avarias às/aos Defensoras/os.

No mês de abril, para celebrar o aniversário de 17 anos da Apadep, a Diretoria desenvolveu uma ação que busca valorizar a história da Associação, resgatar sua memória e destacar a importância da entidade de classe para o fortalecimento institucional. Vídeos com todas/os as/os presidentas/es da Apadep, falando sobre momentos marcantes de suas gestões, foram divulgados nas redes sociais. Rafael Galati, atual presidente, abriu a série de vídeos e destacou que uma associação de classe forte é imprescindível para a construção e o aperfeiçoamento de uma instituição como a Defensoria Pública.

Ainda no mês de abril, no dia 24, a Diretoria da Apadep realizou sua Assembleia Geral Ordinária, no formato híbrido, na qual foram aprovadas as contas do ano fiscal compreendido entre 1 de abril de 2022 e 31 de março de 2023, bem como foi aprovado o orçamento para o novo ano fiscal, de 1 de abril de 2023 a 31 de março de 2024.



Atividades associativas

Ainda no que toca às atividades associativas, no 1º semestre de 2023, a Apadep lançou o “Bate Papo com a Apadep”, uma nova forma de contato com associadas e associados.

A Diretoria partiu da premissa de que a função essencial de uma associação é representar os interesses de suas/seus associadas/os e, para que esse papel seja bem desenvolvido, o diálogo é fundamental.

Assim, ao menos uma vez ao mês, a Diretoria passou disponibilizar um link através do aplicativo Zoom para conversar com associadas/os em videoconferência durante todo o dia, bastando o ingresso na sala, sem necessidade de agendamento.

A 1ª edição do “Bate Papo com a Apadep” ocorreu no dia 08 de março e contou com a participação de cerca de 20 associadas e associados, que puderam discutir temas institucionais numa perspectiva ampla e também falar de suas realidades locais.

Neste dia, o Presidente Rafael Galati, a Diretora Jordana Rolim, o Diretor Luiz Felipe Rufino e o Diretor Gabriel Kenji estiveram disponíveis para vídeo conferência das 10h30 às 12h30 e das 14h às 18h.

No dia 18 de abril, ocorreu a 2ª edição do “Bate Papo”, ocasião em que novamente associadas/os compareceram virtualmente para debater questões institucionais.

Em maio, a Diretoria realizou um “Bate Papo com a Apadep especial” de maneira híbrida, que fez parte das ações do mês de maio em comemoração ao mês da Defensoria Pública.

Dessa forma, no dia 29 de maio, a Diretoria da Apadep abriu novamente o canal de comunicação mensal com associadas e associados, tendo como tema principal as pautas de valorização da carreira. Cerca de 50 associadas/os participaram da conversa, nos períodos da manhã e da tarde, manifestando-se, expondo suas opiniões e contribuindo com sugestões.

Atividades associativas

Para fechar o semestre, a Associação realizou a 4ª edição do “Bate Papo com a Apadep” no dia 20 de junho, tendo como tema central a regulamentação da atuação da Defensoria nos acordos de não persecução penal (ANPPs) extrajudiciais realizados na sede do Ministério Público, pois, naquele mês, discutia-se no Conselho Superior uma deliberação que regulamentava a matéria no âmbito da Defensoria Pública.

Diversas/os associadas/os participaram das discussões sobre este tema, que também contou com a presença dos conselheiros Leonardo de Paula, Luiz Felipe Fagundes, Julio Tanone e Raphael Camarão.

A realização destas conversas tem sido uma oportunidade para colocar a Diretoria em contato direto com associadas e associados, proporcionar a troca de experiências, assim como receber sugestões, solicitações, críticas e debater os grandes temas relacionados à Defensoria Pública.

A presença maciça das/os associadas/dos em todas as edições revela a importância da criação de espaços de escuta e diálogo.



Atuação Institucional

A manutenção de um diálogo com a Defensoria Pública-Geral é uma das principais atividades desenvolvidas pela Associação. Dessa forma, neste primeiro semestre, a Apadep realizou uma série de reuniões com os diversos órgãos da gestão.

Em 14 de fevereiro, a Diretoria da Apadep realizou uma reunião com o presidente da Comissão de Prerrogativas, o Defensor Público Aluísio Inunes Monti Ruggeri Ré, na qual trataram sobre a importância de uma atuação conjunta no que diz respeito ao respaldo às/aos Defensoras/es, quando da sua atuação funcional. No encontro ainda foi discutido como estruturar melhor as ações preventivas e dar maior suporte à carreira.

Em 24 de fevereiro, o Presidente da Apadep Rafael Galati e a Diretora Financeira Jordana Rolim se reuniram com o Diretor da Edepe, o Defensor Público Guilherme Piccina, com quem dialogaram sobre projetos e ações em conjunto.

No dia 6 de março, o Presidente da Apadep, Rafael Galati, e a Diretora Jordana Rolim participaram do prestigiado evento de aniversário da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) que aconteceu no Palácio da Justiça de São Paulo e contou com a presença de ministros e diversas autoridades do Poder Executivo estadual, do Judiciário e do Legislativo.

A Associação celebrou 70 anos de existência numa solenidade em que foram homenageados ex-presidentes e também o ministro do STF, Ricardo



Atuação Institucional

Lewandowski, diretor da Associação entre 1992 e 1995, que estava presente. A Presidenta Vanessa Mateus também homenageou diversas pessoas que ajudaram a construir a Associação.

Ainda, no dia 13 de março, o Presidente Rafael Galati e as/os Diretoras/es Luiz Felipe Rufino e Jordana Rolim tiveram reunião com o Defensor Público-Geral, Florisvaldo Fiorentino Jr., e a Chefe de Gabinete da DPG, Juliana Saad. A reunião teve como pauta o pedido administrativo da Apadep para que o tempo de serviço em outros entes seja reconhecido para fins de quinquênio, sexta-parte e licença prêmio. Outro ponto da pauta foi a apresentação do projeto da Apadep que trata da Política de Prerrogativas e Direitos de associadas/os quando violados durante sua atuação funcional.

A temática da proteção funcional das/os associadas/os mereceu uma atenção especial por parte da Diretoria e, através desses diálogos, a Apadep pôde desenvolver uma Política de Defesa dos Direitos e Prerrogativas das/os associadas/os.

Assim, em 01 de junho, a Apadep, em uma cerimônia simbólica realizada em sua sede, realizou o lançamento da Política de Defesa de Prerrogativas e Direitos das Associadas e Associados e, na sequência, fez a entrega do Selo Defenda Quem Defende, criado pela Diretoria para agradecer atores externos que se engajaram em casos em que prerrogativas e direitos de defensoras/es foram violadas.



Atuação Institucional

Na cerimônia, Rafael Galati, Presidente da Apadep, explicou que a política era um protocolo mínimo de ações realizado pela Apadep e a ideia é trabalhar junto com a DPG, a Comissão de Prerrogativas, a Corregedoria e o Conselho Superior. Na sequência, foram entregues os selos para o advogado Guilherme Madi e a jornalista Raíssa Galvão, representada por Thanee Degasperí.

Participaram da cerimônia simbólica na sede da Apadep cerca de 20 pessoas, entre elas o Defensor Público-Geral, Florisvaldo Fiorentino; o Corregedor-Geral, Davi Depiné; o presidente da Comissão de Prerrogativas da DPESP, Aluísio Iunes; a/os conselheira/os do CSDP, Rafael Português, Allan Ramalho e Érica Leoni; o 1º Subdefensor Público-Geral, Rafael Pitanga; o Assessor Criminal, Glauco Mazetto; o Coordenador da Assessoria Jurídica, Thomaz Fiterman; a Assessora Jurídica Roberta Pachota; as associadas homenageadas Daniela Skromov e Surraily Youssef, entre outras Defensoras/es que atuam com dedicação na garantia dos direitos das/os usuárias/os, além do advogado do escritório parceiro Innocenti Advogados, José Jerônimo de Lima.

Na mesma perspectiva de atuação institucional, por mais um ano a Apadep apoiou o Prêmio Justiça para Todas e Todos. Organizado pela Ouvidoria Geral desde 2008, o evento conta com o apoio da Apadep, da Asdpesp e da Edepe. O intuito da premiação é mobilizar a sociedade a reconhecer



Atuação Institucional

publicamente ações de relevância social, homenagear integrantes da instituição e difundir ações que contribuam para o acesso à justiça em benefício da população.

A edição 2023 do Prêmio Justiça para Todas e Todos – Josephina Bacariça foi dividida em duas partes. Primeiro realizou-se um seminário de apresentação das práticas vencedoras e, em seguida, a cerimônia de entrega do prêmio.

O Presidente da Apadep, Rafael Galati, as Diretoras Jordana Rolim e Luiza Lins Veloso e os Diretores Luiz Felipe Rufino, Luiz Fernando Baby Miranda e Rafael Faber participaram do evento, que contou com a presença de mais de 60 Defensoras/es e servidoras/es.



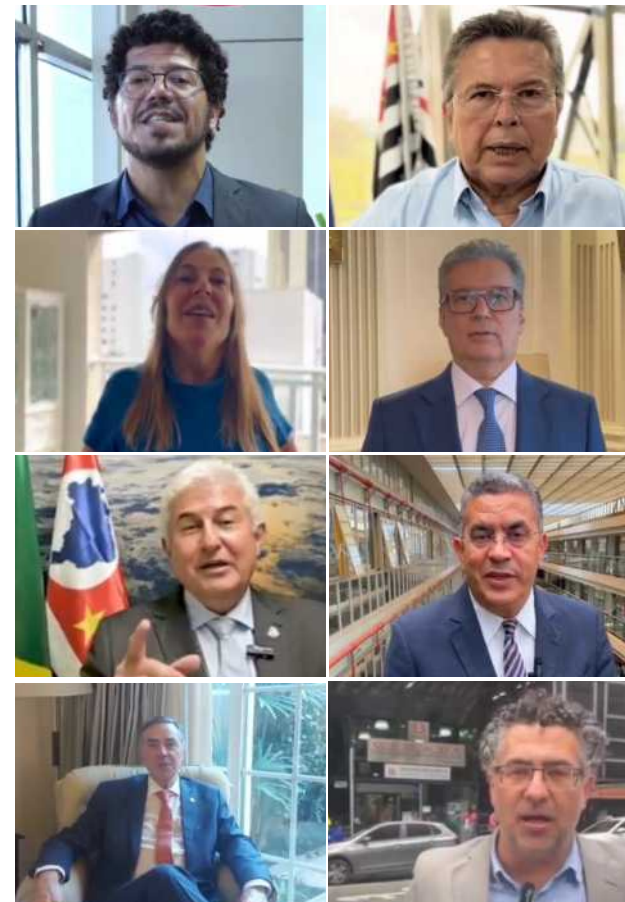
Mês da Defensoria Pública

Num cenário de valorização da carreira, a Apadep preparou um calendário especial para celebrar o mês da Defensoria Pública em 2023. Iniciativas institucionais, acadêmicas, esportivas e festivas foram realizadas durante todo o mês de maio.

No âmbito político, a Apadep coletou e divulgou mensagens de Ministros, Senadores, Deputados e outras autoridades cumprimentando Defensoras e Defensores pelo Dia Nacional Defensoria Público e pelo Dia Estadual da Defensora e do Defensor Público, ambos celebrados em 19 de maio.

Mais de 30 vídeos foram publicados, com destaque para os vídeos do Secretário de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Marivaldo Pereira, do Secretário Estadual de Justiça e Cidadania, Fábio Prieto, da Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP), do Senador Marcos Pontes (PL-SP), do Vice-Líder do Governo na Câmara, Deputado Federal Alencar Santana (PT-SP); do Vice-Presidente da Alesp, o Deputado Estadual Gilmaci Santos (REPUBLICANOS); e do Deputado Estadual e ex-Presidente da Alesp, Carlão Pignatari (PSDB).

Além disso, em 04 de maio, o presidente da Apadep, Rafael Galati, e o Diretor Administrativo da Associação, Luiz Felipe Rufino, foram a Brasília para participar do lançamento oficial da Campanha Nacional “DEFENSORIA PÚBLICA: em ação pela inclusão”, em solenidade realizada no auditório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).



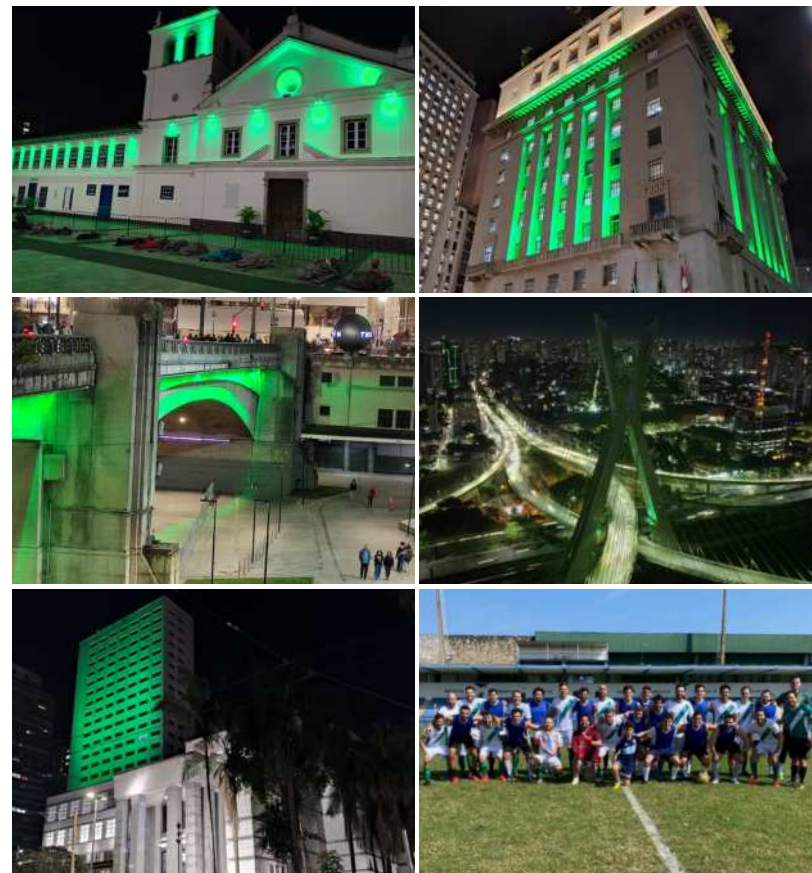
Mês da Defensoria Pública

No dia 17 de maio, o presidente da Apadep, Rafael Galati, e a Diretora Jordana Rolim participaram da sessão solene realizada no Senado Federal em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública, celebrado anualmente no dia 19.

A pedido da Apadep, cinco importantes equipamentos públicos da cidade de São Paulo foram iluminados na cor verde pela semana da Defensoria, da Defensora e do Defensor Público. São eles: Ponte Estaiada Otávio Frias; Pátio do Colégio; Biblioteca Mário de Andrade; Viaduto do Chã; e Gabinete do Prefeito – Prédio Martinelli.

Todos os anos a Apadep realiza intervenções urbanas para chamar a atenção para a data, de forma a valorizar o trabalho de Defensoras e Defensores Públicos. Neste ano, a proposta foi ampliar o número de equipamentos iluminados e no próximo ano a expectativa é expandir a ação para além da capital.

Ainda sobre ações realizadas pela Apadep em maio, no dia 07, ocorreu o jogo de futebol amistoso de Defensores contra Procuradores do Estado, no estádio Municipal Anacleto Campanella, em São Caetano do Sul, que foi seguido de um churrasco para celebrar o espírito de cooperação entre as duas carreiras.



Mês da Defensoria Pública

Em 09 de maio, ocorreu uma edição especial do Clube de Leitura, que contou com a participação das quatro autoras das edições anteriores.

A Festa Apadep Sunset, realizada no dia 20 de maio, reuniu cerca de 150 associadas e associados, também com o objetivo de celebrar o mês da Defensoria Pública.

No dia 25 de maio, a Apadep participou do Seminário e da cerimônia de entrega do Prêmio Justiça para Todas e Todos, do qual é apoiadora.

A Diretoria da Associação ainda realizou uma edição especial do “Bate Papo com a Apadep” e promoveu o lançamento da Política de Defesa de Prerrogativas e Direitos das/os associadas/os e do selo “Defenda quem defende”.

No dia 23 de maio, ocorreu o lançamento do Podcast da Apadep “Muito Além do Processo”. No dia 01 de junho, para encerrar as atividades do mês da Defensoria, a Apadep realizou, em parceria com a Edepe, o seminário “Prerrogativas em Debate”, cuja mesa foi composta pelo Defensor Público-Geral, Florisvaldo Fiorentino Jr; pelo Presidente da Apadep, Rafael Galati; pelo Diretor da Edepe, Guilherme Piccina; pelo Presidente da Comissão de Prerrogativas, Aluísio Iunes Ruggeri Re; pela Defensora Pública do Ceará e Diretora da Escola Superior daquela instituição, Ana Monica Amorim, e pelo advogado criminalista, Alberto Toron.



Atuação Legislativa estadual

Com a significativa mudança do parlamento na Assembleia Legislativa, a Apadep estabeleceu desde o início do ano uma agenda de relacionamento com Deputadas e Deputados. Antes mesmo da posse, em 15 de março, o Presidente Rafael Galati e os diretores Fernando Artacho, Jordana Rolim, Luiz Felipe Rufino e Rafael Gandara se reuniram com Deputadas/os eleitas/os, o que foi ainda mais intensificado após o início dos trabalhos da nova legislatura.

Em 1º de fevereiro, o Presidente Rafael Galati e o Diretor Legislativo Fernando Artacho se reuniram com o Deputado estadual Donato (PT), ocasião em que puderam abordar questões orçamentárias e de autonomia da Defensoria Pública, bem como a necessidade de sua estruturação.

Em 15 de março, o Presidente Rafael Galati e o Diretor Administrativo Luiz Felipe Rufino estiveram na Alesp para a cerimônia de posse das/os 94 deputadas e deputados que comporão a 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Antes, os Diretores da Apadep estiveram presentes na posse popular das/os Deputadas/os do PSol.

Na Alesp, cumprimentaram as/os parlamentares e, após a cerimônia, passaram em diversos gabinetes saudando as Deputadas, Deputados e equipes.

Em relação às pautas prioritárias, os principais temas trabalhados na Casa Legislativa foram a tramitação do PLC 55/2022 e do PLC 97/2023, sendo que o primeiro cria a carreira de analistas jurídicas/os na Defensoria Pública de São



Atuação Legislativa estadual

Paulo e o segundo prevê o reajuste vencimental da carreira.

Desde o ano anterior, houve um forte trabalho de articulação da Apadep pela inclusão do PLC 55/22 na pauta de votação.

No dia 8 de março, o Presidente da Apadep, Rafael Galati, esteve com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Alesp, Deputado Mauro Bragato (PSDB). Nessa ocasião, o parlamentar sinalizou a possibilidade de inclusão extrapauta do PLC 55/22 na reunião da CCJR que aconteceria naquele dia, porém esta não ocorreu por falta de quórum. Ao final do encontro, o Presidente da CCJR firmou o compromisso com Galati de que o PLC seria incluído na pauta da próxima reunião da Comissão.

Isto porque, de acordo com o regimento da Casa Legislativa, projetos que não contem com voto em comissão na legislatura anterior devem ser arquivados. Assim, apesar de o PLC 55/22 ter tido seu regime de urgência aprovado em 29 de novembro de 2022, por não ter sido votado em nenhuma comissão até aquele momento, corria o risco de ser arquivado.

Diante desse cenário, ao longo daquela semana, a Apadep realizou contato com os gabinetes de todas/os as/os deputadas/os que compõem a CCJR, sensibilizando os Parlamentares para que houvesse quórum na reunião e para que o projeto fosse aprovado na mencionada comissão.



Atuação Legislativa estadual

Então, no dia 14 de março, último dia da 19ª Legislatura, o Presidente da Apadep, Rafael Galati, e a Diretora Financeira, Jordana Rolim, estiveram na Alesp, onde puderam acompanhar a reunião da Comissão e dialogar com seus integrantes sobre a importância da aprovação do parecer antes do término da legislatura.

Ainda nessa reunião, a CCJR aprovou o relatório do PLC 55/22 na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o que impediu possível arquivamento. O PLC então foi encaminhado para a Comissão de Orçamento e Finanças.

Na primeira semana de junho, o PLC 55/22 recebeu parecer favorável do Deputado Alex Madureira (PL) na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp, o que foi acompanhado pela Diretoria.

Além disso, a Diretoria continuou a buscar o diálogo com lideranças da Casa para discutir a importância deste projeto para a Defensoria Pública. Em 06 de junho, Rafael Galati, Jordana Rolim e Luiz Felipe Rufino foram recebidos pelo Deputado Jorge Caruso (MDB), com quem tiveram reunião. Na ocasião, ainda puderam dialogar com o Deputado Léo Oliveira (MDB).

Para a aprovação do PLC 97/2023, que previa o reajuste remuneratório, o trabalho da Diretoria foi ainda mais intenso. O texto chegou à casa legislativa no dia 12 de junho e o objetivo foi a aprovação em plenário antes do recesso parlamentar, que aconteceu em 28 de junho.



Atuação Legislativa estadual

A Diretoria esteve presente na Alesp diariamente durante três semanas e dialogou com todas as lideranças.

Na primeira semana, no dia 13 de junho, a Diretora Financeira da Apadep, Jordana Rolim, esteve presente na Assembleia Legislativa, dialogando com Deputadas, Deputados e suas assessorias. Dentre os encontros, destacam-se as conversas com a Deputada Analice Fernandes (PSDB), o Deputado Guilherme Cortez (PSOL) e a Deputada Márcia Lia (PT).

Já no dia 15 de junho, Rafael Galati e Jordana Rolim retornaram à Alesp para continuar o diálogo com lideranças da Casa. O objetivo era avaliar o cenário e mapear eventuais resistências ao PLC 97, nessa semana inicial.

Numa primeira análise, apurou-se que não havia resistências ao PLC 97/23. Assim, a Diretoria passou a atuar em duas frentes. Primeiro, garantir o número de assinaturas necessário para formular pedido de urgência e, em seguida, sua aprovação em plenário. Em segundo lugar, trabalhar uma emenda que melhorasse a proposta apresentada pela Defensoria Pública-Geral.

Com relação ao pedido de urgência, as assinaturas suficientes foram obtidas no dia 16 de junho, tendo o requerimento sido formulado pelo Deputado Alex Madureira (PL).

A partir daí, a Diretoria da Apadep passou a trabalhar pela aprovação do



Atuação Legislativa estadual

requerimento em plenário. Usualmente, o Presidente da Casa apenas leva a plenário alguma proposição após discussão prévia no Colégio de Líderes.

Deste modo, a Apadep dialogou com lideranças partidárias da Casa para que o PLC 97/23 fosse incluído na pauta da próxima reunião do Colégio de Líderes, que ocorreria no dia 27 de junho.

Paralelamente, a Diretoria conversou com os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, pois o projeto necessariamente passaria, com ou sem urgência, pelo crivo das/os membras/os dessas Comissões.

Com relação às Emendas, a Diretoria, na articulação política, buscou conciliar o binômio maior valorização possível x possibilidade efetiva de aprovação.

Segundo o Presidente da Apadep, Rafael Galati, disse à época: “embora tenhamos a percepção, após as conversas que mantivemos, que seria possível o envio de um projeto de lei mais audacioso, a construção de emendas parte do texto enviado pelo Defensor Público-Geral. Neste cenário, vislumbramos que a alteração em grande escala do projeto poderia trazer dificuldades para aprovação. Por isso, estrategicamente escolhemos um dos pontos que havíamos levado ao Conselho Superior e que foi, inclusive, aprovado por maioria pelo Colegiado”.

O trabalho foi focado em Deputados e Deputadas da base do Governo, a fim de que houvesse maior possibilidade de aprovação.

Nesse contexto, a Diretoria da Apadep articulou a apresentação de uma emenda que reduzisse a diferença dos percentuais entre os

Atuação Legislativa estadual

níveis, que passaria a ter a seguinte configuração, caso fosse aprovada:

DPG - 100%
Nível V - 99%
Nível IV - 98%
Nível III - 97%
Nível II - 96%
Nível I - 95%

Foi assim que, em 19 de junho, a Deputada Andrea Werner (PSB) e o Deputado Agente Federal Danilo Balas (PL) encamparam a emenda proposta pela Apadep, reduzindo a distância entre os níveis para 1%, em vez de 3% como previsto no projeto, apresentando as Emendas nº 2 e nº 3, respectivamente.

No diálogo com as/os referidas/os Deputadas/os, Rafael Galati e Jordana Rolim apontaram que o aumento de 10,33%, tal como previsto no projeto, não chegava perto da corrosão inflacionária real dos últimos dez anos, data em que houve o último reajuste real. Ademais, demonstraram preocupação com a existência de seis níveis remuneratórios na Instituição.

Além disso, ao conversarem com a Deputada Andrea Werner, Galati e Jordana ainda puderam expor suas preocupações com relação à Emenda nº 1, por ela apresentada, que tratava de critérios de atendimento na



Atuação Legislativa estadual

Defensoria Pública.

Rafael Galati e Jordana Rolim externaram à Deputada que a Emenda afrontava a autonomia administrativa da Instituição e propunha alteração sem que houvesse contrapartida orçamentária para fazer frente ao aumento da demanda.

A Deputada entendeu as ponderações e colocou-se à disposição para defender a valorização das Defensoras e Defensores Públicos, o que ficou evidenciado na apresentação da Emenda nº 2.

Durante aquela semana, Rafael Galati, Jordana Rolim e Fernando Artacho estiveram na Assembleia de segunda a quinta-feira, objetivando manter o monitoramento do projeto e especialmente dialogar com as/os parlamentares sobre a conveniência de aprovação das Emendas nº 02 e 03.

A última semana do mês de junho era decisiva para a aprovação do PLC 97/23, pois a Assembleia Legislativa entraria em recesso a partir de 01 de julho.

Assim, a semana iniciou-se com a Diretoria da Apadep presente na Assembleia Legislativa mantendo o trabalho de dialogar com as Deputadas e Deputados para sensibilizá-los da necessidade de aprovação do PLC nº 97/23 e identificar eventuais resistências.

Na terça-feira, dia 27, o Colégio de Líderes decidiu pautar no Plenário o regime de urgência, proposto pelo Deputado Alex Madureira (PL).

O Presidente da Apadep, Rafael Galati, esteve com o Deputado naquela tarde para agradecê-lo, novamente, pelo pedido e empenho na colheita das assinaturas necessárias para a urgência.

No início da noite, por unanimidade, o requerimento foi aprovado pelo Plenário.

Atuação Legislativa estadual

Ficou evidenciado nas conversas com as/os Parlamentares e também pela tranquila votação do regime de urgência no Plenário que havia um claro apoio da Casa ao projeto e às emendas 2 e 3, sem nenhuma resistência à sua aprovação.

Na quarta-feira pela manhã, dia 28, Galati, junto com o Diretor Legislativo, Fernando Artacho, reuniu-se com o Vice-Presidente da Alesp e Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, Gilmaci Santos (Republicanos).

Ao final, o Deputado comprometeu-se a articular o chamamento de um Congresso de Comissões para discutir o PLC nº 97/23.

Em seguida, Galati, Artacho e Jordana Rolim estiveram com Mauro Bragato (PSDB), até aquele momento possível relator no Congresso de Comissões, o que acabou se confirmando posteriormente, colocando a Associação à disposição para auxiliar na elaboração do parecer.

A Diretoria reforçou ao Deputado Bragato, bem como a algumas lideranças, a conveniência da aprovação das emendas 2 e 3.

Além disso, a Diretoria permaneceu o restante do dia na Alesp dialogando com lideranças e acompanhando a tramitação do projeto.



Atuação Legislativa estadual

À noite, por unanimidade, o Congresso de Comissões votou favoravelmente ao parecer do Deputado Bragato, que encaminhou pela aprovação do PLC e rejeição das emendas.

A falta de anuência do Defensor Público-Geral ao acolhimento das emendas 2 e 3 foram decisivas para a rejeição.

Posteriormente, na segunda sessão extraordinária, o Plenário aprovou o PLC nº. 97/23, com apenas um voto contrário. Durante a votação em Plenário, várias/os Deputados e Deputadas fizeram uso da fala para enaltecer o trabalho da Defensoria Pública.

Relação com o Poder Executivo

Ao longo deste semestre, a Diretoria da Apadep inaugurou uma nova fase de sua política de fortalecimento institucional com uma maior aproximação com o Poder Executivo, tanto em âmbito estadual quanto em nível federal.

Assim, no dia 3 de maio, o Presidente da Apadep, Rafael Galati, e os Diretores Luiz Felipe Rufino, Fernando Artacho e Rafael Gandara foram recebidos pelo Secretário da Justiça e Cidadania de São Paulo, Fábio Prieto de Souza.

A reunião ocorreu na Secretaria de Justiça e teve mais de duas horas de duração, oportunidade em que a Diretoria pôde fazer um panorama da situação estrutural atual da Defensoria Pública do estado de São Paulo na perspectiva da Associação e discutir temas de interesse da Instituição.

Em junho, a Diretoria teve nova agenda com o Governo estadual, desta vez com o Secretário Executivo da Casa Civil, Cel. Edilson José da Costa.

Nessa reunião de cortesia, que ocorreu em 20 de junho, o Presidente da Apadep, Rafael Galati, e a Diretora Jordana Rolim trataram de temas de interesse da Defensoria Pública, relacionados ao fortalecimento da Instituição, à valorização de suas membras e membros e à defesa do modelo público de acesso à justiça.



Relação com o Poder Executivo

A reunião também contou com a participação de Vivianne Wanderley Araújo Tenório, Assessora do Secretário; Eugênia Marola, Assessora-chefe da ATG, e Telma de Freitas, Assessora-chefe da ATL.

Por fim, o Presidente da Apadep, Rafael Galati, e a Diretora Jordana Rolim se reuniram com o Secretário Nacional de Acesso à Justiça, Marivaldo Pereira, em Brasília, no dia 15 de junho. A pauta envolveu a valorização das Defensoras e Defensores em âmbito nacional e a ampliação do acesso à Defensoria Pública.

Para o segundo semestre novas agendas já estão previstas.



Espaço na Anadep

A Apadep sempre teve uma ativa participação na Anadep, fazendo-se presente nas assembleias gerais extraordinárias mensais, contando com a participação de associadas/os em suas comissões temáticas e mantendo uma agenda constante em Brasília.

Por esse motivo, o Presidente da Apadep, Rafael Galati, e o Diretor Administrativo, Luiz Felipe Rufino, aceitaram o convite para integrar a nova Diretoria da Anadep para o biênio 2023-2025, na qualidade de Diretor Legislativo e Conselheiro Fiscal suplente, respectivamente. A nova diretoria permanece sendo conduzida pela Defensora Pública do Acre, Rivana Ricarte, na presidência, reeleita para mais um mandato.

Compor a diretoria da Anadep é uma forma de fazer com que São Paulo seja atuante nas pautas nacionais e institucionais de interesse da carreira e dos usuários da Defensoria Pública.

Assim, no dia 08 de fevereiro, a nova diretoria da Anadep, para o biênio 2023-2025, tomou posse em Brasília, numa cerimônia que contou com mais de 200 autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes da sociedade civil e da imprensa. O Presidente da Apadep, Rafael Galati, e o Diretor Administrativo, Luiz Felipe Rufino, participaram da cerimônia e tomaram posse em seus respectivos cargos.

A mesa de abertura foi composta pelo Secretário Nacional de Acesso à



Espaço na Anadep

Justiça, Marivaldo Pereira, representando o ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino; a Deputada Federal Antônia Lúcia (Republicanos-AC); o Deputado Federal Defensor Stélio Dener (Republicanos-RR); o presidente do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais (Condege) e Defensor Público-Geral de São Paulo, Florisvaldo Fiorentino Júnior; a ex-vice-presidenta institucional da Anadep, Rita Lima, e a Defensora Pública Juliana Lintz, que tomou posse no cargo de Vice-Presidenta institucional da Associação para o próximo biênio.

A cerimônia contou, ainda, com a participação de Defensoras/es Públicos-Gerais, Corregedoras/es, Ouvidoras/es e servidoras/es de diversas Defensorias Estaduais, além de representantes das entidades típicas de estado. O Governador do Acre, Gladson Cameli (PP), e a vice-governadora do Acre, Mailza Assis, enviaram mensagens à presidenta por vídeo.

Logo no início do mandato, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Anadep, ocasião em que foi feito um balanço geral sobre a situação da entidade, sendo, ao final, aprovadas por unanimidade as contas da gestão. O Presidente da Anadep, Rafael Galati, e o Diretor Luiz Felipe Rufino participaram da reunião.

Além disso, como Diretor de Assuntos Legislativos da Anadep, Rafael Galati passou a realizar reuniões semanais para debater a pauta legislativa da Associação e traçar estratégias de atuação.



Atuação Legislativa em Brasília

Com o objetivo de ocupar de forma sólida um espaço no cenário nacional, a Apadep garantiu uma atuação institucional em Brasília, com a presença da Diretoria no Congresso Nacional e em agendas de relacionamento.

O Presidente da Apadep e Diretor Legislativo da Anadep, Rafael Galati, participou de diversos encontros com Deputadas/os, Senadoras/es e assessorias.

Os principais temas tratados em Brasília, neste primeiro semestre, foram a criação da Frente Parlamentar das Defensorias Públicas e as articulações pela PEC 10/23 e pelo PL 2878/19.

Em fevereiro, Rafael Galati e o Diretor Administrativo da Apadep, Luiz Felipe Rufino, estiveram no Congresso Nacional, buscando colher as assinaturas necessárias para a criação da Frente Parlamentar das Defensorias Públicas, cujo requerimento foi protocolado pelo Deputado Federal Defensor Stélio Dener (Republicanos/RR).

O objetivo da proposta do Deputado é fortalecer a Defensoria Pública no cenário nacional, bem como a prestação de serviço aos/às usuários/as. Por isso, Rafael Galati e Luiz Felipe Rufino dialogaram sobre o tema com algumas/uns parlamentares, em busca de apoio para a Frente, além de tratar de temas institucionais.



Atuação Legislativa em Brasília

Durante o trabalho no Congresso, Rafael Galati e Luiz Felipe Rufino estiveram com o Deputado Stélio Dener (Republicanos/RR) e com deputadas/os da bancada de São Paulo, com destaque para as/os Deputadas/os Federais Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP), Mário Frias (PL/SP), Guilherme Boulos (Psol/SP), Juliana Cardoso (PT/SP) e Alencar Santana (PT/SP).

Paralelamente, articulou-se para que a Frente Parlamentar Mista de Apoio e Fortalecimento das Defensorias Públicas dos Estados e da União, cujo requerimento pela criação já havia sido feito pela Deputada Federal Antonia Lucia (Republicanos/AC), também obtivesse o número de assinaturas necessárias.

Assim, no mês de março, após trabalho de mobilização da Anadep e das Associações estaduais, a Frente Parlamentar das Defensorias Públicas e a Frente Parlamentar Mista de Apoio e Fortalecimento das Defensorias Públicas dos estados e da União obtiveram o número de assinaturas para serem instaladas.

Ainda no mês de março, o Presidente Rafael Galati cumpriu uma intensa agenda em Brasília, na qual se destaca, dentre as inúmeras conversas, a reunião com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, Deputado Rui Falcão (PT/SP), e com o Vice-Líder do Governo na Câmara, Deputado Alencar Santana (PT/SP). O Presidente da



Atuação Legislativa em Brasília

Apadep reuniu-se, ainda, com o Líder do Psol na Câmara, Deputado Guilherme Boulos.

Já no Senado, Rafael Galati encontrou-se com as assessorias dos três Senadores pelo Estado de São Paulo, o Astronauta Marcos Pontes (PL), Giordano (MDB), e Mara Gabrilli (PSD). Também dialogou com os Senadores Romário (PL/RJ) e Eduardo Gomes (PL/TO).

A agenda com as/os Senadores fez parte das articulações da Anadep, Apadep e demais Associações estaduais em torno da PEC 10/23, que trata do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

Essas conversas foram essenciais, pois em abril a nova proposta de emenda constitucional foi apresentada pelo presidente da Casa, o Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), retornando à pauta. A matéria visa instituir a integrantes da Magistratura e do Ministério Público um acréscimo de 5% nos salários a cada cinco anos — o chamado quinquênio.

A PEC 10/23 é uma reedição da PEC 63/2013, arquivada ao final da última Legislatura. Nesta PEC, a Defensoria Pública também não constava do texto original, mas a Anadep articulou a apresentação de uma emenda incluindo a Instituição, a qual foi acolhida pelo relator, Senador Eduardo Gomes (PL/TO), no relatório final.



Atuação Legislativa em Brasília

Desse modo, em abril, Rafael Galati e a Diretora Financeira da Apadep, Jordana Rolim, foram ao Senado Federal para dialogar com Senadoras e Senadores a respeito do texto da PEC 10/23. O foco principal foi a defesa da posição constitucional da Defensoria Pública e do tratamento simétrico às carreiras que gozam de autonomia.

Junto com demais integrantes da Diretoria da Anadep e Presidentas/es das Associações Estaduais, Galati e Jordana visitaram diversos gabinetes, destacando-se as reuniões com os Senadores Wilder Moraes (PL/GO) e Izalci Lucas (PSDB/DF) e com a Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), bem como com as assessorias da Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e do Senador Giordano (MDB/SP).

A Diretoria Legislativa da Anadep, ainda, elaborou Nota Técnica que foi encaminhada a todas/os as/os Senadoras/es.

Em 19 de abril, a PEC 10/23 foi encaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Ainda no mês de abril, Rafael Galati e Jordana Rolim estiveram na Câmara dos Deputados, onde o objetivo era acompanhar os trabalhos e dialogar com as/os parlamentares sobre assuntos de interesse da Defensoria Pública, a fim de estreitar o relacionamento com a Apadep.



Atuação Legislativa em Brasília

Destacam-se as reuniões com o Deputado Federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP), Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; com a Deputada Federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP) e com o Deputado Federal Celso Russomano (Republicanos/SP).

Por fim, Galati e Jordana prestigiaram o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, que contou com a presença de diversos parlamentares.

Em maio, mês em que se celebra o Dia Nacional da Defensoria Pública, ocorreu, no dia 17, uma sessão solene no Congresso Nacional para celebração da data. Rafael Galati e Jordana Rolim estiveram presentes na solenidade, que contou com a participação presencial de mais de 100 Defensoras e Defensores Públicos estaduais e federais de 24 estados.

O requerimento da sessão foi um pleito da Anadep e da Anadef e apresentado pelo Senador Fabiano Contarato (PT-ES) e pela Deputada Federal Jack Rocha (PT-ES).

Compuseram a tribuna de honra o Senador Fabiano Contarato (PT-ES); a Deputada Jack Rocha (PT-ES); a Presidenta da Anadep, Rivana Ricarte; o Presidente do Condege, Florisvaldo Fiorentino; o Presidente da Anadef, Eduardo Kassuga; e o Defensor Público-Geral da União em exercício, Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Júnior.



Atuação Legislativa em Brasília

No mesmo dia, foi instalada a Frente Parlamentar Mista de Apoio e Fortalecimento das Defensorias Públicas dos estados e da União.

Esta Frente Parlamentar decorreu da unificação das duas Frentes Parlamentares de apoio à Defensoria Pública, que haviam atingido número suficiente de assinaturas para instalação no mês de março.

Dessa forma, decidiu-se que a Frente Parlamentar Mista seria presidida pela Deputada Antônia Lúcia (REPUBLICANOS-AC), tendo o Deputado Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS-RR) como Vice-Presidente.

A Frente terá como foco o fortalecimento do modelo público de assistência jurídica integral e gratuita aos mais vulneráveis. A iniciativa é apoiada pela Anadep, Anadef, Condege e DPU.

Rafael Galati e Jordana Rolim participaram da sessão, realizada na Câmara dos Deputados.

A solenidade contou, ainda, com a participação da Presidenta da Anadep, Rivana Ricarte; do Presidente do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege) e DPG de São Paulo, Florisvaldo Fiorentino; do presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (Anadef), Eduardo Kassuga; e do Defensor



Atuação Legislativa em Brasília

Público-Geral Federal em exercício, Fernando Mauro.

O evento também foi prestigiado por diversos parlamentares, como as/os deputadas/os Murilo Galdino (Republicanos-PB), Paulo Fernando (Republicanos-DF), Reginete Bispo (PT-RS), Amom Mandel (Cidadania-AM), Zezinho Barbary (PP-AC), Eriberto Medeiros (PSB-PE), Meire Serafim (União-AC) e Zé Haroldo Cathedral (PSD-RR), além da Senadora Damares Alves (Republicanos-DF).

Em relação à pauta de valorização das Defensoras e Defensores Públicos, no dia 10 de maio, foi designado o relator da PEC 10/23 na CCJ do Senado, o Senador Eduardo Gomes (PL-TO).

O Senador Eduardo Gomes também foi o relator da PEC 63/13, tendo, à época, acatado emenda articulada pela Anadep, incluindo a Defensoria Pública no texto final, que, por sua vez, não foi à votação em plenário no final do ano passado.

Com a designação do relator, foi aberto prazo para apresentação de emendas. Novamente houve trabalho de articulação da Anadep e das Associações estaduais, e o Senador Angelo Coronel (PSD-BA) protocolou a emenda nº. 3, que pede a inclusão da Defensoria Pública no texto, em razão da simetria constitucional entre as carreiras.

No mesmo sentido, foi apresentada em 18 de maio a emenda nº. 8 pelo Senador Alan Rick (UNIÃO-AC), que também pediu a inclusão da Defensoria Pública no texto.

No final de maio, o Presidente da Anadep e Diretor Legislativo da Anadep, Rafael Galati, acompanhou a tramitação do Projeto de Lei nº. 2.878/2019, que destina recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) aos órgãos públicos em dificuldades para expandir a Defensoria Pública para todas as unidades jurisdicionais, em número proporcional à efetiva demanda e à população.

Atuação Legislativa em Brasília

O projeto altera a Lei nº. 9.008/95, para destinar 15% dos recursos arrecadados pelo FDD aos órgãos públicos que estejam em dificuldade para realizar a expansão das Defensorias Públicas em todas suas respectivas unidades jurisdicionais.

O repasse dos recursos será feito mediante a apresentação de projetos em que se comprovem essas carências e nos quais a expansão esteja fundamentada “na economicidade e na sustentabilidade”. Nos casos de projetos apresentados por estados, Distrito Federal ou municípios, a transferência de recursos se dará por meio de convênios ou similares.

A Diretoria Legislativa da Anadep elaborou uma Nota Técnica que foi enviada à relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB).

A Senadora elaborou parecer favorável, nos termos sugeridos pela Anadep, e teve sua aprovação confirmada pela CCJ.

Em seguida, o projeto de lei foi encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sendo designado como relator o Senador Plínio Valério (PSDB/AM), no dia 25 de maio.

Por fim, no dia 27 de junho, a CAE do Senado aprovou por unanimidade, com 17 votos, o Projeto de Lei nº. 2.878/2019.

Como o PL nº. 2.878/2019 tramita em caráter terminativo, isto é, apenas precisa ser aprovado nas Comissões, ele seguirá direto para a análise pela Câmara dos Deputados.

Campanha Nacional

A Apadep apoiou o lançamento da Campanha Nacional da Anadep que tem como slogan “DEFENSORIA PÚBLICA: em ação pela inclusão”. O principal objetivo da campanha é promover a educação em direitos e servir como instrumento da luta anticapacitista e inclusão das pessoas com deficiência em todos os espaços.

A iniciativa visa ressaltar a atuação de Defensoras e Defensores públicos que buscam garantir às pessoas com deficiência uma vida independente e autônoma, com efetivação sem barreiras do acesso à educação, saúde, moradia, trabalho, transporte, cultura, esporte e lazer, como garantido na Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Para marcar o pré-lançamento da Campanha Nacional, a Anadep promoveu, em 17 de abril, uma oficina virtual de comunicação para tratar dos direitos das pessoas com deficiência e as ferramentas de acessibilidade.

O presidente da Apadep e a equipe de Comunicação da Associação participaram da atividade.

Conduzida pela presidenta da Associação Nacional, Rivana Ricarte, a oficina contou com a participação da coordenadora da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do STJ, Simone Pinheiro, e da assessora de comunicação da entidade, Mônica Andrade.

Elas apresentaram o site do STJ e falaram sobre as adaptações de acessibilidade que foram feitas e a utilização de softwares e aplicativos para tornar o portal acessível. Houve ainda dicas para descrição de imagem nas redes sociais e apresentação da Rede de Acessibilidade na Administração Pública, composta pela Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Senado Federal e Tribunal de Contas da União.

O lançamento da Campanha Nacional ocorreu em 04 de maio, em Brasília. O presidente da Apadep, Rafael Galati, e o Diretor Administrativo da Associação, Luiz Felipe Rufino, estiveram na cerimônia realizada no auditório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC),

Campanha Nacional

que incluiu a palestra “Inclusão e anticapacitismo: os direitos das pessoas com deficiência e a ocupação dos espaços de poder” e teve participação do Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvío Almeida, e do ativista e influencer Ivan Baron.

Entre as diversas autoridades presentes, estavam no evento o Secretário Nacional de Acesso à Justiça, Marivaldo Pereira; a Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Anna Paula Feminella, e o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, Márcio Jerry (PCdoB-MA).

A associada da Apadep e membra da Comissão dos Direitos da Pessoa Com Deficiência da Anadep, Renata Tibyriçã, também esteve presente.

Além disso, a Apadep preocupou-se em promover ações da Campanha Nacional em âmbito estadual.

Para isso, em 29 de março, o Presidente Rafael Galati, a Diretora Jordana Rolim e a equipe de comunicação da Apadep realizaram uma reunião com a Coordenadora do Núcleo Especializado da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência (NEDIPED), Renata Tibyriçã, na qual discutiram possíveis ações da Campanha Nacional em São Paulo.



Campanha Nacional

Renata explicou as dificuldades para o estabelecimento de políticas públicas adequadas e também as diversas demandas, especialmente no que se refere a temas críticos como a desinstitucionalização; a estruturação das redes SUS (Sistema Único de Saúde) e SUAS (Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social); a educação inclusiva; a capacidade jurídica; a avaliação biopsicossocial; o transporte e a moradia para a vida independente, dentre outros.

Ao final, decidiu-se que a Apadep realizaria um evento no segundo semestre sobre o tema, em conjunto com o NEDIPED e a Edepe.

Também como parte da Campanha Nacional, em 15 de maio, na sede da Defensoria Pública de São Paulo, o Presidente da Apadep, Rafael Galati, participou de reunião em que foi entregue ao Defensor Público-Geral e Presidente do Condege, Florisvaldo Fiorentino, o relatório elaborado pela entidade VNDI – Vidas Negras com Deficiência Importam, representada por sua idealizadora, Luciana Viegas. O relatório, que foi apresentado perante a ONU recentemente, trata da situação das pessoas negras com deficiência.

Também participaram da reunião a Defensora Pública Renata Tibyriçá, Coordenadora do Núcleo Especializado de Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência – (NEDIPED), e o Primeiro Subdefensor Público- Geral, Rafael Pitanga.



Campanha Nacional

Ainda no mês de maio, no dia 22, a Diretoria da Apadep recebeu a visita do Defensor Público Luis Renato Pinheiro, Coordenador de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência da Defensoria de Minas Gerais, e do Defensor Público Tadeu Tito, Assessor Jurídico da DPMG.

O encontro foi articulado pela Coordenadora do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência (NEDIPED), Renata Tibyriçã, e teve por objetivo debater a cooperação entre as duas instituições e associações acerca de boas práticas na atuação em favor das pessoas com deficiência.



Assessoria Jurídica

A Assessoria Jurídica continuou a ser muito bem desempenhada pelo escritório contratado da Apadep, Innocenti Advogados, que representa a Associação e associadas/os individual e coletivamente, tanto na esfera judicial quanto na administrativa perante a Defensoria Pública, em matéria cível e disciplinar.

Entre os casos de destaque para este semestre, tem-se a obtenção de procedência na primeira ação ajuizada por associado para contagem de tempo de advocacia pública.

No dia 23 de fevereiro, o juízo da 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública de Campinas julgou procedente o pedido formulado por associado da Apadep a fim de condenar a Fazenda à averbação do tempo de serviço na advocacia pública, para os fins do artigo 6º da Lei Complementar Estadual 1.366/2021.

A ação foi ajuizada após entendimento perfilhado pela Defensoria Pública-Geral no sentido de que o pedido ensejaria contagem em duplicidade de período já averbado.

Na ação judicial, argumentou-se que a possibilidade de contagem do tempo de advocacia pública para todos os fins, incluindo-se licença-prêmio, adicional por tempo de serviço e sexta-parte, restringe-se às/aos advogados que exerceram cargo no Estado de São Paulo e suas autarquias, nos termos do artigo 76, “caput”, da Lei estadual 10.261/68, não se aplicando ao tempo de advocacia prestado em outros entes, em relação aos quais a averbação seria contabilizada apenas para fins de remoção, antiguidade, aposentadoria e disponibilidade.

Tal distinção geraria inadmissível desigualdade entre a/o Defensora/or que atuou como advogada/o e aquela/e que exerceu a função de advogada/o pública/o.

Essa foi a primeira sentença proferida em ações individuais ajuizadas por associadas/os da Apadep, por meio de seu escritório conveniado. Ela foi objeto de Recurso Inominado, o qual foi recebido no duplo efeito.

Assessoria Jurídica

A segunda sentença em ações individuais ajuizadas por associadas/os da Apadep, por meio de seu escritório conveniado, favorável à averbação do tempo de serviço na advocacia pública, para os fins do artigo 6º da Lei Complementar Estadual 1.366/2021, ocorreu em 11 de maio e foi proferida pelo juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública de Piracicaba. A Apadep segue acompanhando a tramitação dessa e das demais ações onde a matéria é discutida.

Neste semestre, ocorreu o julgamento do recurso de apelação no mandado de segurança em que se discute o afastamento das restrições impostas pela LC nº. 173/20, para fins de aquisição de vantagens temporais (quinqüênio, sexta-parte e licença-prêmio) entre 28/05/20 a 31/12/21, em razão da pandemia (processo 1000964-79.2021.8.26.0053). O escritório da Apadep fez sustentação oral e despachou com as/os Desembargadoras/es da 5ª Câmara de Direito Público do TJSP, porém foi negado provimento ao recurso e houve a interposição de recursos especial e extraordinário.

Apadep na mídia

No 1º semestre de 2023, a Apadep teve uma forte presença na mídia.

Na semana em que é celebrado o Dia Nacional da Defensoria Pública e o Dia Estadual do Defensor e da Defensora Pública, foi publicado, em 17 de maio, no portal do Estadão, um artigo do Presidente da Apadep, Rafael Galati, intitulado “Dia da Defensoria Pública: uma reflexão pelos hipossuficientes”. O artigo destaca a necessidade de maior investimento na Instituição a fim de que cada cidadã e cidadão hipossuficiente possa ter seus direitos garantidos.

Galati também destacou em seu texto o relevo do trabalho de Defensoras e Defensores para a sociedade, como a ação no âmbito do STF que acarretou a suspensão dos despejos, remoções forçadas e reintegrações de posse durante o período da pandemia; a ação civil pública para impedir a redução de integrações no transporte público para os trabalhadores quando usam o vale-transporte, o que torna mais cara a contratação de quem reside em áreas periféricas da capital; a ação civil pública para obtenção de vaga em creche na rede municipal de ensino; entre outras.

Além disso, na mesma semana, Rafael Galati concedeu entrevista ao jornal Repórter Diário, destacando a demanda por atendimento da Defensoria Pública nas cidades da região do ABC e o pleito da população por mais Defensoras e Defensores Públicos.

Na entrevista, Galati explicou que o atendimento jurídico gratuito é uma



Por Rafael Galati*
17/05/2023 | 06h00

2 min de leitura



Rafael Galati. Foto: Divulgação

Nesta terça-feira, 16, foi comemorado o dia nacional da Defensoria Pública e o dia estadual da Defensora e do Defensor Público do estado de São Paulo.



Apadep na mídia

garantia constitucional cada vez mais demandada por famílias de baixa renda que buscam amparo para questões legais, tais como aquelas relacionadas a direito de família, direito criminal, direito do consumidor, da criança e do adolescente, entre outros.

Sobre o número de atendimentos realizados na região, Galati afirmou que “a defensoria tem feito um grande número de atendimentos otimizando o recurso que tem” e explicou que “fazendo o recorte e considerando só a população mais pobre, temos um defensor para cada 50 mil pessoas no Estado, mas o ideal seria 1 para cada 15 mil”.

No mês de junho, foi ao ar na TVT-SP a entrevista que o Presidente Rafael Galati concedeu para o programa Espaço Cidadão, apresentado pelo cientista político Robson Carvalho. Na conversa, que teve duração de aproximadamente 30 minutos, Galati falou sobre a necessidade de cumprimento da EC 80 e estruturação da Defensoria Pública.

O programa já foi veiculado na TV Band Nordeste e também está disponível para ser visto no canal Congresso em Foco, no YouTube.

A valorização do trabalho de associadas e associados por meio da divulgação de iniciativas que impactam a sociedade também foi uma meta da Diretoria de Comunicação da Apadep.



Apadep na mídia

Entre as ações está o reforço da assessoria de imprensa para abrir espaço em todas as mídias, com o agendamento de entrevistas, desenvolvimento de releases, encontros de relacionamento e outras formas de divulgação.

Em maio, o associado Leandro de Castro Gomes e a associada Surrailly Youssef falaram sobre suas atuações para O Globo e para a TV Brasil.

Para a pauta sobre o julgamento do STF sobre a descriminalização do porte de drogas, a assessoria da Apadep articulou uma entrevista de Leandro Castro Gomes para o jornalista Eduardo Gonçalves, do jornal O Globo de Brasília. O Defensor falou sobre o encarceramento em massa de pessoas jovens, periféricas e primárias e explicou que a ideia não é uma liberação geral, mas uma declaração de que a intervenção criminal estigmatiza o usuário e é inconstitucional.

Para a TV Brasil, rede de televisão pública brasileira pertencente à Empresa Brasil de Comunicação, conglomerado de mídia do governo do país, com quem a Apadep tem estreitado relacionamento, a assessoria indicou a associada Surrailly Youssef, que gentilmente gravou um vídeo sobre a Ação Civil Pública conjunta do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos com outras entidades contra o programa Smart Sampa da prefeitura de São Paulo, que visa instalar 20 mil câmeras de segurança com tecnologia de reconhecimento facial.

A coordenação de Comunicação da Apadep está disponível para receber informações sobre ações exitosas de associadas e associados que possam ser divulgadas na imprensa e também para o público interno.

Brasil

'Não é um liberou geral', diz defensor público que levou a descriminalização do porte de drogas ao STF

Leandro de Castro Gomes recorreu em 2009 da condenação de um homem flagrado com três gramas de maconha dentro da penitenciária de Diadema, em SP

Por Eduardo Gonçalves — Brasília
25/05/2023 04h30 · Atualizado há 3 meses



Podcast da Apadep

As Diretorias de Comunicação e Articulação Social da Apadep criaram o podcast “Muito Além do Processo” como forma de destacar o trabalho de associadas/os e também valorizar a atuação da Defensoria Pública junto ao público externo.

O podcast “Muito Além do Processo” foi lançado em maio, em alusão ao mês da Defensoria Pública, e propõe uma reflexão sobre o acesso à justiça e a garantia de direitos individuais e coletivos em diversas áreas. Numa temporada de cinco episódios, o podcast da Apadep aborda temas sociais de relevo e está disponível nas principais plataformas de áudio.

Neste primeiro semestre foram lançados três episódios.

O primeiro episódio tratou do caso Pinheirinho, a desocupação que se tornou um símbolo da luta por moradia. Considerado um marco de engenharia jurídica reversa, o Pinheirinho resultou na modificação das práticas de desocupação e reintegração de posse. Uma estreia repleta de informação, reflexão e emoção.

A mediação do bate-papo foi do Defensor Público e Diretor de Articulação Social da Apadep, Rafael Faber, e os convidados foram o Defensor Público Jairo Salvador e o coordenador do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto (MUST) e militante por direitos à moradia e igualdade racial, Carlos Tim Maia.



Podcast da Apadep

No segundo episódio, a Diretora de Assuntos do Interior da Apadep, Ana Paula Meirelles Lewin, conversou com as Defensoras Giovana Devito e Thaís Mota Lima Valle sobre suas atuações na implementação de casas abrigo no interior de São Paulo a partir do modelo de Presidente Prudente, que a Defensoria Pública ajudou a criar.

O terceiro episódio abordou questões sobre a zeladoria urbana e os direitos da população em situação de rua. A Diretora da Apadep, Luiza Veloso, mediou a conversa entre a Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública, Fernanda Balera, e Anderson Lopes Miranda, líder do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, que trouxeram um olhar sensível sobre este problema social, ressaltando a importância da atuação da Defensoria Pública na defesa dos direitos dessa população.

O quarto episódio do podcast “Muito Além do Processo” propõe uma reflexão importante sobre a regulamentação do trabalho de catadoras/es de recicláveis. Neste quarto episódio, os Defensores Públicos Rafael Faber, Diretor de Articulação Social da Apadep, e Paulo Alvarenga conversam com a mobilizadora do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Valquíria Cândido.

Mediado por Luiz Felipe Rufino, Diretor Administrativo da Apadep, o quinto e

Episódio #02

Violência contra a Mulher Casas Abrigo

Episódio #03

Direitos da população de rua

Episódio #04

Regularização do trabalho de catadoras/es

Podcast da Apadep

Último episódio da 1ª temporada trouxe um debate sobre o sistema carcerário, tendo como eixo a experiência do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública de SP, representado no programa pela atual Coordenadora, Mariana Borgheresi, e pelo Coordenador na gestão 2012-2016, Patrick Cacicedo.

A divulgação do trabalho de associadas/os é uma forma importante de valorização da carreira. Encontre o podcast nas principais plataformas (Spotify, Deezer, Apple Podcast, Google Podcast e Amazon) e compartilhe.



Diretoria das/os Aposentadas/os

Neste semestre, a pauta de valorização da carreira esteve presente nos debates do Conselho Superior e na atuação da Associação. Somando-se a esta luta esteve a Diretoria das/os Aposentadas/os.

A Diretora das/os Aposentadas/os, Maria Dolores Maçano, teve um papel fundamental nos pleitos pela valorização de Defensoras e Defensores.

A Diretora esteve presente em praticamente todas as sessões do Conselho Superior da Defensoria e fez uso da palavra no Momento Aberto.

Com presença constante nas sessões do Conselho Superior, a Diretora Maria Dolores chamou a atenção da gestão para a necessidade de se lutar pela equiparação remuneratória com as demais carreiras do sistema de justiça constitucionalmente simétricas. Entre os pleitos, ressalta-se o de alteração da forma de cálculo do auxílio saúde, uma vez que os planos de saúde têm reajustes bastante onerosos por mudança de faixa etária.

Dolores também falou sobre a relevância de incluir aposentadas/os na comunicação institucional e em eventos, cursos e mutirões.

Ainda, no dia 14 de abril, a Diretoria recebeu na sede da Apadep a



Diretora de Aposentadas/os Maria Dolores Maçano e as Defensoras aposentadas Ana Paula Kayamori, Flávia D'Urso, Márcia Garuti, Patrícia Malite e Silvana Figueiredo, ocasião em que também se debateu sobre a valorização da carreira e outros temas relevantes para o futuro da instituição.

Em junho, a Defensora Pública aposentada Silvana Jota de Figueiredo passou a ocupar o cargo de Diretora Adjunta, ao lado de Maria Dolores Maçano. A valorosa contribuição daquelas/es que tanto já trabalharam pela Defensoria Pública tem engrandecido e agregado novas ideias ao trabalho associativo.

Política de gênero

A Apadep encampou a luta por uma Política de Gênero mais justa na instituição e participou de reuniões e ações que visam efetivar uma cultura voltada para a superação das desigualdades estruturais.

Em 09 de fevereiro, a Diretora Jordana Rolim foi uma das debatedoras dos encontros organizados pela Ouvidoria Geral e que teve como tema “Igualdade de gênero, relações de poder e acesso à justiça”.

Após três eventos virtuais, os encontros da Ouvidoria resultaram num documento elaborado em parceria com o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) denominado Carta de Princípios sobre Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero.

A Carta traz princípios gerais, além de uma seção apontando princípios que visam nortear o atendimento da Defensoria Pública, ressaltando, entre outros pontos, a importância de haver protocolos de escuta especializada não revitimizadora.

Em 31 de março, a Ouvidoria-Geral, em parceria com o Núcleo Especializado de Proteção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM), fez o lançamento da Carta de Princípios sobre Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero, durante a sessão do Conselho Superior da Defensoria Pública.

Durante o primeiro semestre de 2023, a Apadep trabalhou pela aprovação da Política de Valorização da Maternidade e da Primeira Infância pelo Conselho Superior, proposta apresentada pela Associação em 08 de março de 2022.

Em 19 de maio, após voto-vista proferido pela 2ª Subdefensoria, houve pedido de vista do Conselheiro Allan Ramalho, que apresentou o segundo voto-vista em 30 de junho. O processo encontra-se com vista à Ouvidoria.

Unidades

A aproximação com as unidades é essencial para o aperfeiçoamento do trabalho da Associação. O diálogo com Defensoras e Defensores da base foi bastante incentivado no primeiro semestre de 2023, tanto com a abertura de diálogo individual, quanto por meio de visitas às unidades.

O contato direto e presencial foi valorizado e a Diretoria esteve nas Regionais Santos e Ribeirão Preto, nas inaugurações das Unidades Itaquera e Avaré, além de visitar as obras da Regional Criminal e Regional da Infância e Juventude da capital.

No dia 1º de fevereiro, a Diretora Jordana Rolim e o Diretor Luiz Felipe Rufino acompanharam a cerimônia de inauguração da unidade de Itaquera. Na oportunidade, Rufino fez uma fala em nome da Apadep. Em seu discurso, disse que já que foi Coordenador Auxiliar da Unidade e Coordenador da Regional Leste, falou sobre o histórico da unidade, que é considerada uma referência, e lembrou os desafios já enfrentados.

Por sua vez, a unidade de Avaré foi inaugurada no dia 10 de fevereiro e, para celebrar o momento, foi realizada uma sessão do Conselho Superior da Defensoria no novo prédio. O Presidente da Apadep, Rafael Galati, e os/as Diretoras/es Luiz Felipe Rufino e Jordana Rolim estiveram presentes.

Neste semestre, a Diretoria de Assuntos do Interior deu continuidade a sua política de visitas às unidades do interior. A iniciativa faz parte de uma série



Unidades

de ações da Apadep em busca de estreitar o diálogo da Associação com as/os colegas, ampliando os canais de escuta e debate permanente. O objetivo é, paulatinamente, visitar todas as Regionais do interior e do litoral.

Assim, no dia 17 de março, a Diretoria da Apadep esteve na Regional Santos, para conversar com Defensoras e Defensores das Unidades Santos, Guarujá, São Vicente e Praia Grande sobre temas de interesse da carreira, assuntos institucionais e de cunho associativo.

O presidente Rafael Galati, as Diretoras Jordana Rolim e Ana Paula Meirelles Lewin, e os Diretores Luiz Felipe Rufino e Alex Seixas participaram do encontro, que reuniu Defensoras e Defensores num café da manhã promovido pela Apadep. Após o café, cerca de 20 colegas ainda participaram de uma reunião com a Associação.

Nos dias 11 e 12 de maio, o presidente Rafael Galati, as Diretoras Jordana Rolim e Ana Paula Meirelles Lewin e o Diretor Luiz Felipe Rufino encontraram-se com Defensoras/es das unidades de Barretos, Franca e Ribeirão Preto.

Em 11 de maio, a Diretoria esteve na unidade de Barretos, onde ofereceu um café da tarde para os colegas e, em seguida, realizou reunião na qual puderam debater grandes temas institucionais e também afetos à realidade local.



Unidades

No dia 12 de maio, foi a vez de visitar as unidades de Franca e Ribeirão Preto. Na parte da manhã, Rafael Galati, Jordana Rolim e Luiz Felipe Rufino foram à unidade de Franca para conversar com as Defensoras e Defensores sobre assuntos de seu interesse. No mesmo dia, a Diretoria visitou a unidade de Ribeirão Preto, onde dialogou com as/os colegas.

Por fim, em junho, a Diretora Financeira, Jordana Rolim, visitou as obras da nova sede da Regional Criminal e da Regional da Infância e Juventude da capital.



Conexão Solidária

A Apadep, com apoio da Ouvidoria-Geral da Defensoria e da Associação de Servidores, reabriu a campanha Conexão Solidária, com o objetivo de oferecer suporte às famílias afetadas pelas chuvas no litoral norte de São Paulo.

Defensoras e Defensores da Regional São Sebastião mobilizaram-se para oferecer ajuda emergencial e agora seguem trabalhando na assistência às famílias atingidas.

A Apadep, a Ouvidoria-Geral da Defensoria e a Associação de Servidoras/es organizaram a campanha para somar forças nesse difícil processo de reestruturação.

A campanha foi finalizada no final do semestre, com a entrega de cestas básicas na unidade São Sebastião, a serem distribuídas a usuárias/os em situação de maior vulnerabilidade social. A Apadep agradece a todas e todos que contribuíram e divulgaram a campanha e reforça o compromisso associativo com o apoio às famílias atingidas por esse triste episódio.



Acolhimento à/ao associada/o

Desde o início do ano, a Apadep passou a enviar para associadas e associados que se tornam mães e pais um presente simbólico para marcar o momento. A iniciativa tem por objetivo destacar a importância do acolhimento e do apoio nesta fase tão delicada e importante.



Convênios

Dois temas relacionados aos convênios firmados pela Apadep com parcerias diversas mereceram atenção especial no primeiro semestre de 2023: planos de saúde e bem-estar.

Q-SAUDE Em busca de ampliar o leque de opções em planos de saúde ofertados para associadas e associados, a Diretoria da Apadep firmou um novo convênio com a Administradora Tec Ben, que oferece os planos da linha QSaúde para beneficiários da capital e região metropolitana.

Os planos oferecidos são coletivos por adesão e podem aderir ao benefício a/o titular e seus dependentes legais.

Hot Beach – resort e parque aquático

Desconto nas tarifas e planos aplicados pelos empreendimentos hoteleiros denominados HOT BEACH RESORT, CELEBRATION RESORT OLÍMPIA , HOT BEACH SUÍTES e no PARQUE AQUÁTICO HOT BEACH OLÍMPIA (atente-se que o parque aquático citado é da cidade de Olímpia-SP).

Para negociar e oferecer opções em planos de saúde, a Diretoria empenhou-se em fazer um levantamento do perfil das/os associadas/os e dependentes. Foi feita uma busca ativa, por meio de contato pessoal direto com associadas/os, para garantir um levantamento mais fiel das informações. Com esses dados, a Diretoria de Convênios pôde iniciar novas negociações.

Na temática de bem-estar, após o início do convênio firmado pela Anadep e associações estaduais junto à plataforma Gympass, a Apadep fez uma aproximação com o parceiro para orientar as/os associadas/os sobre a melhor forma de utilização dos benefícios. Em maio, mês da Defensoria, o Gympass fez uma promoção para presentear três associadas/os e pela participação aumentou para quatro o número de contempladas/os com dois meses de plano Diamond.

Festas e eventos

As confraternizações e festas da Apadep são muito aguardadas e contam com a participação animada de associadas/os.

Em 11 de março, ocorreu o tradicional Almoço das Mulheres, oferecido pela Apadep. Um clima de confraternização, conversas e reencontros marcaram o evento, que foi realizado no restaurante Piselli Boa Vista e contou com a presença de mais de 60 associadas que se reuniram para celebrar o Mês das Mulheres.

Também foram sorteados 10 vouchers de reembolso de almoço ou jantar para associadas lotadas em unidades do interior.

Já no dia 20 de maio, a festa Apadep Sunset comemorou o Dia Nacional da Defensoria e o Dia da Defensora e do Defensor Público do Estado de São Paulo. O evento reuniu cerca de 150 associadas/os e familiares para uma tarde agradável com música, drinks e um buffet especial.

Neste ano de 2023 a novidade ficou por conta da realização do 1º almoço LGBTQIAPN+, no dia 1º de julho, logo após o Dia Internacional do Orgulho LGBT, celebrado em 28 de junho. O almoço reforçou o posicionamento da Apadep pela mudança na cultura institucional de gênero e da diversidade. Cerca de 20 associadas/os e acompanhantes participaram do evento, que ocorreu no restaurante El Mercado Ibérico.



Esportes

Os jogos de futebol amistosos fazem parte de uma série de iniciativas da Associação para estreitar o relacionamento entre os associados e com demais Defensorias e carreiras públicas do estado.

Na manhã do dia 7 de maio, em meio às comemorações do mês da Defensoria Pública, aconteceu o amistoso de futebol entre a Apadep contra a Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, no estádio Anacleto Campanella, em São Caetano do Sul.

Após o jogo ocorreu uma confraternização com churrasco oferecido pela World Steak, parceiro da Apadep.

Em 24 de junho, um sábado, o time de futebol da Associação esteve em campo para uma partida amistosa contra o time dos Delegados da Polícia Civil. O jogo aconteceu no estádio da Ponte Preta, Moisés Lucarelli, que fica em Campinas.

Para quem gosta de futebol, mas não é praticante, a Associação montou nova Liga Apadep 2023 no fantasy game Cartola e previu dez prêmios ao final do Campeonato Brasileiro.



Cultural

O destaque cultural do primeiro semestre de 2023 ficou com a continuidade do Clube de Leitura “Leia Mulheres”.

O primeiro encontro do ano do Clube de Leitura aconteceu no dia 1º de fevereiro, tendo como tema o livro de contos “Teresa decide falar”, da Defensora Pública do Maranhão Lindevania Martins.

A ocasião proporcionou diálogos muito ricos e instigantes com a autora sobre temas como a insurgência como força a romper o silenciamento das mulheres, a linguagem como elemento de formação de identidades e a fome de sentido de vida.

Em 21 de março, aconteceu a segunda edição de 2023 do Clube de Leitura “Leia Mulheres”, que teve como objeto de discussão o livro “Histórias de Amor e de Morte”, da Defensora Pública da Bahia Julia Baranski. O encontro trouxe as questões de gênero presentes nos contos em temas como aborto, estupro, violência doméstica e feminicídio.

A autora também descreveu como a pandemia influenciou a escrita de boa parte dos contos, cuja leitura possibilita elaborar o que foi vivido nesse período. Com muita sensibilidade, Julia apontou em que medida o trabalho como Defensora está presente na construção das narrativas que também trazem um resgate de memórias e vivências.



Cultural

Em 09 de maio, ocorreu uma edição especial do Clube de Leitura aberta para associadas e associados, para comemorar o mês da Defensoria, que reuniu as quatro Defensoras e autoras convidadas das edições anteriores, Maria Fernanda Maglio, Mariana Salomão Carrara, Lindevania Martins e Julia Baranski.

Desta vez, no lugar de debater um texto específico, falou-se sobre a influência da atividade como Defensoras nas obras literárias. O tema foi escolhido em alusão ao mês da Defensoria Pública.

Para além do Clube de Leitura, no dia 18 de março, aconteceu a Caminhada Heroínas Negras, como parte das ações em celebração ao Mês das Mulheres.

Associadas, associados e acompanhantes participaram de uma caminhada histórica pelo centro da capital com foco em mulheres negras que marcaram a história do país. O tour guiado por Debora Pinheiros, profissional do Guia Negro, fez um resgate de algumas histórias de mulheres negras que contribuíram para a luta da igualdade de gênero, raça e classe, como Ruth Guimarães, Tereza de Benguela, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, entre outras.





+55 11 97619.2515



<http://www.facebook.com/apadep>



<http://www.instagram.com/apadep>



Praça Manoel da Nóbrega, 16 - 6º andar - Sé



Apadep

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS